

RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.450 - SP (2019/0180618-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E
URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU
ADVOGADOS : JOÃO ANTÔNIO BUENO E SOUZA - SP166291
DOUGLAS TADEU CORONADO BOGAZ - SP146005
RECORRIDO : SANDRA PINHEIRO MENDONCA
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
INTERES. : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : MARIA CRISTINA ALVES - SP050664

DECISÃO

O presente recurso versa sobre tema por mim afetado à Segunda Seção desta Corte, nos autos dos REsp's n. 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP, para julgamento segundo o rito previsto nos arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015, a fim de "definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998" (Tema n. 1.034/STJ).

Nos termos do art. 256-L do RISTJ (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016), o recurso especial distribuído nesta Corte, que tenha como fundamento idêntica questão de direito afetada, será devolvido ao Tribunal de origem, para nele permanecer suspenso.

Assim, por razões de economia processual e em atenção aos objetivos das regras que disciplinam a matéria, faz-se necessário remeter os autos à origem, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça sobre o recurso especial representativo da controvérsia.

Diante do exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, depois de publicado o acórdão paradigma, seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator